

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 19 de abril de 2000

Ano 2 Nº 23

## Comissão de Agricultura debate política pesqueira

Dois projetos de lei que tratam do tema, um deles datado de 1997 de autoria dos deputados Volnei Morastoni e Pedro Uczai, ambos do PT, e outro de 1998 do ex-deputado Pedro Bittencourt (PFL), tramitam na Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), e foram motivo de discussão entre representantes da pesca nesta segunda-feira (17), em audiência pública. Autoridades como o secretário-adjunto da Agricultura, Otto Kiehn, o delegado federal de Agricultura no Estado, Roberto Zimmermann, assim como representantes de colônias de pescadores, maricultores e industriais da pesca se fizeram presente ao encontro. No final ficou decidido que, em 30 dias, as câmaras setoriais de pesca e aquicultura vão elaborar e apresentar ao relator da matéria, deputado Nelson Goetten (PPB), um substitutivo global a respeito da política pesqueira para Santa Catarina.

Idealizador da inclusão do



Audiência teve presença maciça do setor pesqueiro

pescado na cesta básica, Morastoni defende o aperfeiçoamento de sua proposta através do debate, informando que o projeto de Bittencourt está anexado nela, visando geração de emprego e renda aos pescadores artesanais. Já Andrino declarou que os problemas da pesca passam

pelos planos institucional e de legislação, criticando o governo federal pelo descaso com o setor e classificando de absurda a portaria editada no dia 11 deste mês. Quanto à portaria, Zimmermann disse que a mesma define o registro de pescador artesanal e de armador pelo Ministério da

Agricultura e admitiu que falta a atenção que o setor merece.

Obadias Barreiros, presidente da Colônia de Pescadores de Laguna, e Artur Alves de Carvalho, da colônia de São Francisco do Sul, relataram a miséria e angústia sofrida pela classe, pedindo empenho aos parlamentares na aprovação de um projeto para a pesca. Reclamaram, como outros participantes do evento, da ação das traineiras e atuneiros, que pescam próximo à costa, local que deveria ser destinado aos pescadores artesanais. Os maricultores também protestaram contra a ação intimidadora do Ibama, chegando a relatar que o mesmo ameaçou prender pescadores que possuíssem carteira emitida pelo Ministério da Agricultura. Ivo da Silva, presidente da Federação de Pescadores de SC, reiterou que somente as colônias, e não os órgãos públicos, sabem definir quem vive da pesca, defendendo a legalização da classe, composta 80% por produtores artesanais.

(foto Jonas Lemos Campos)

### CPI já tem disque-denúncia

Já está à disposição do público o disque-denúncia da CPI do narcotráfico e do crime organizado de Santa Catarina. Qualquer denúncia sobre o crime organizado ou ao tráfico pode ser feita anonimamente pelo telefone:

**0800 48-6261.**

Os deputados continuam a receber a cada semana as denúncias feitas à CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, com as informações que se relacionam à Santa Catarina.

### CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado

Páginas 4 e 5

### Apreciação de vetos governamentais

Página 7

## OPINIÃO

## O MDB no cenário político



No último dia 11 do corrente, acompanhado de três parlamentares da nossa bancada (Moacir Sopelsa, João Henrique Blasi e Herneus de Nadal), participei, em Brasília, do Encontro Nacional de Lançamento do Movimento Democrático de Base (MDB). Numa iniciativa inédita no cenário político nacional, o MDB surge para retomar os valores dos mais antigos postulantes do PMDB. Uma proposta que passa pelo resgate da rica história do nosso partido.

O MDB tem como bandeiras o desenvolvimento econômico, a justiça social e o fortalecimento da cidadania do povo brasileiro. Esse movimento não abrirá espaço para políticos e lideranças que se apoiam no modelo neoliberal instalado neste país. Não queremos um modelo que liquida o patrimônio nacional, que sufoca os trabalhadores, que não prioriza investimentos na agricultura, que pune os empresários nacionais, persegue os aposentados e empobrece a classe média. Com certeza, se o atual quadro for mantido, o nosso futuro e dos nossos filhos estará comprometido.

No encontro que realizamos no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, nossas lideranças foram unânimes em afirmar que o PMDB precisa ouvir as bases, colher a opinião de cada filiado em seu município. Pois, só assim, poderemos resgatar a unidade nacional. O PMDB vota baseado em posições políticas definidas e não por interesses fisiológicos.

Quero o PMDB que me motivou à filiação em 1976, com atitudes políticas claras, que mantenha laços estreitos com as bases, o Estado e o país. Quero aquele que foi o principal responsável pela redemocratização do país e transformou-se na principal referência política nacional.

Nossa marca é forte em todo o Brasil e nossa história está apoiada em movimentos populares, como as Diretas, a Anistia, a Constituinte e a manutenção dos direitos humanos. Foi esse partido que, na figura de Ulisses Guimarães construiu a sua história com ética e coerência. Não há dúvida, portanto, que somente com posições políticas de base é que poderemos nos identificar no cenário nacional. O MDB não tem a pretensão de ser uma nova força política. Muito pelo contrário, o movimento foi criado para buscar sempre a verdade sobre a situação social, política e econômica do Brasil. O MDB surge para preparar a nova geração do nosso partido e dar a ele uma nova consciência política.

**Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)**

## Reflexão, a melhor comemoração



Os 500 anos do descobrimento do Brasil, que se comemoram neste dia 22, mais do que motivo para festa, deve servir de reflexão sobre o caminho até agora trilhado, as possíveis correções de rumo e aonde queremos chegar. E quando falamos em reflexão não nos referimos às divagações filosóficas, mas de ações concretas para que possamos ter um País como realmente almejamos – justo, com oportunidades para todos, com qualidade de vida e respeito à cidadania.

A nossa condição de parlamentar aumenta nossa responsabilidade no encaminhamento de soluções. Vivemos na era da chamada globalização e do modelo neoliberal, onde parecem predominar tão somente as leis do mercado.

O marketing consumista passou a substituir, em muitos casos,

nossos princípios mais caros. O próprio conceito de nação, em meio a esse megamercado mundial, precisa ser revisto.

Cabe a nós, parlamentares, pavimentar a estrada para o futuro com as pedras da nossa realidade. No furacão das privatizações, da adoção pura e simples de cartilhas ditadas pelo capital estrangeiro, precisamos ter a coragem e o patriotismo de buscarmos nossos próprios rumos.

Há muita coisa a ser feita na política, na economia e, particularmente, no campo social. Mas, à maneira dos decantados países do Primeiro Mundo, precisamos nós mesmos achar o nosso norte. Só assim existiremos verdadeiramente como nação, e com motivos de sobra para comemorar cada ano de existência do nosso país.

**Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB)**

**Mesa Diretora:**

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
 3º Secretário: Afonso Spantol (PPB)  
 4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PFL)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC  
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

**Divisão de Imprensa:**

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid  
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Maria do Carmo Kravchychyn, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: João Batista Ramos e setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

## ESPECIAL

# Parlasul quer salário mínimo igual para seus Estados

Aguardar a votação do salário mínimo nacional para depois tentar unificar os valores para Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, e Rio Grande do Sul. Esta foi a decisão tomada pelos legislativos destes estados reunidos no último dia 13 em Campo Grande (MS) no encontro do Parlasul, presidido pelo deputado Gilmar Knaesel (PPB). A intenção é evitar a evasão de mão de obra em larga escala de um estado para outro, motivada pela busca do salário mais alto. O valor do mínimo único ainda será estudada. “A discussão começou agora com a gente. Vamos estudar todas as possibilidades, analisar a situação econômica de cada estado e propor o valor para o Poder Executivo”, explicou Knaesel. Ele ressaltou ainda que o consenso em torno deste valor beneficia os setores econômicos, pois pode eliminar a temida guerra fiscal entre os estados. Isso porque o salário influencia as decisões dos empresários e a migração



(foto divulgação ALMS)

Presidente da ALMS Londres Machado e Knaesel

dos trabalhadores. “Este acordo também reforça a determinação dos estados do sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul de trabalharem afinados em torno de seus interesses comuns, o que nos torna mais representativos no cenário nacional”.

O calendário escolar foi ponto de destaque no Parlasul, que tenta sincronizar os programas dos quatro estados membros em busca de um melhor aproveitamento turís-

tico-econômico. A discussão contou com palestras do secretário da Educação do Mato Grosso do Sul, Pedro César Kemp e da secretária-adjunta da Educação de Santa Catarina, Simone Schramm. “Férias mais prolongadas para impulsionar o fluxo de turistas nas regiões litorâneas, bem como na do Pantanal, no caso sul mato-grossense, foi uma das propostas”, exemplificou Knaesel. O resultado do debate foi a assinatura de uma

moção que será encaminhada para os governadores e secretários de educação, de onde deve vir uma resposta ou contra-proposta.

O Parlasul também colocou em pauta a comentada Lei de Responsabilidade Fiscal, aproveitando a presença da Unale (União Nacional das Assembléias Legislativas) no encontro. A estudante propôs uma ação direta de inconstitucionalidade contra um dos artigos da lei, aprovada semana passada pelo Congresso. Os parlamentares contestam o artigo que diz respeito ao repasse de recursos para as assembléias e tribunais de contas. O presidente da Unale, deputado Miguel Martini (PSC), justifica que este dispositivo fere as constituições estaduais, onde está assegurado que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é que legisla sobre os repasses do Executivo ao Legislativo, determinando os gastos com pessoal. Por isso a Unale sugeriu também o boicote das assembléias legislativas de todo Brasil à votação da LDO.

## Assembléia comemora 500 anos

Para homenagear os 500 anos do Descobrimento do Brasil, a Galeria de Arte da Assembléia Legislativa promove no próximo dia 27, às 20 horas, a abertura de exposição que procura trazer os fatos mais importantes da história brasileira ocorridos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina, entre outros.

Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil Republicano são as três partes em que será dividida a exposição. Cada período será retratado através de fatos históricos, culturais, sociais, religiosos e tecnológicos havidos no território

brasileiro e que configuraram o crescimento do país.

A idéia do curador da mostra, José Paulo Mattos, assessor cultural da Assembléia, é “contar a história do Brasil, relacionando e entrelaçando os fatos políticos, culturais e religiosos que vão determinar o produto final: o povo brasileiro. Como viveu, como vive e sua perspectiva futura. Os objetos serão expostos em trinta vitrines onde estarão documentos, imagens sacras e armas.

**Painéis-** Os painéis mostrarão as artes plásticas; manequins portarão trajes da época colonial e do Império; a miscigenação será mostrada através do folclore

da profusão de etnias formadoras de nosso estado; na política o destaque será dado por Nereu Ramos que apresentou Santa Catarina como presidente da República. Também serão enfocados movimentos emancipatórios, como a Inconfidência Mineira e as guerras do Contestado e dos Farrapos.

A iniciativa vem envolvendo os museus Júlio de Castilhos (RS), Histórico Antônio Granemann de Souza (Curitibanos), do Contestado (Caçador), do Ipiranga (SP), Cruz e Souza (SC), da Polícia Militar do Paraná e Superintendência de Museus da Secretaria da Cultura de Minas Gerais.

# CPI

## Defesa

Agindo com discrição, mas com determinação, a CPI inicialmente traçou um diagnóstico da realidade estadual, ouvindo os responsáveis pela política de investigação e de combate à macrocriminalidade em nosso Estado.

Por outro lado, diversas testemunhas, ouvidas reservadamente ou em público, trouxeram elementos de informação sobremodo importantes para deslindar ações criminosas de vulto em Santa Catarina.

A edição de uma lei estadual de proteção a testemunhas que se disponham a colaborar com a instituição criminal é outra medida de impacto que já está



**João Henrique Blasi** sendo adotada.

Os resultados dependerão em muito do grau de engajamento da sociedade que pode, e já tem feito, contribuir com informações relevantes em favor do combate à criminalidade, agindo assim em sua própria defesa.

## Expectativas

A primeira expectativa é que ocorram profundas mudanças nas instituições ligadas à Segurança Pública e ao combate ao crime. Há necessidade de discutir a relação entre as Polícias



**Pedro Uczai**

Federal, Militar e Civil, que se construa um diálogo permanente, alterações na legislação e na estrutura das instituições para se obter sucesso no combate ao crime. Outra expectativa é de que se faça um grande processo de investigação, obtendo resultados imediatos, com prisões e processos, que coloque ao Judiciário a possibilidade de julgamento dos envolvidos.

Torna-se necessária documentação consistente,

Fotos

Giancarlo Bortoluzzi

Jonas Lemos Campos

Solon Soares

# CPI do Narc

A Comissão que investiga o tráfico de drogas e o crime organizado em Santa Catarina foi instalada na Assembléia a partir de um requerimento dos líderes das bancadas do PPS, PDT e PMDB, após tomar conhecimento de que existiam várias denúncias relativas ao Estado na comissão nacional que investiga o assunto. O requerimento foi apresentado no dia 15 de março e foi subscrito por vários parlamentares.

No dia 28 o presidente da Assembléia Legislativa, Gilmar Knaesel (PPB), assinou a Resolução nº 15/2000 constituindo a comissão com representantes de cada um dos partidos com bancada no Legislativo. O peemedebista João Henrique Blasi foi eleito presidente, o pefelista Adelor Vieira relator e Jaime Mantelli (PDT) como relator adjunto.

Dia 04 de abril os integrantes da CPI se reuniram e definiram o cronograma de trabalhos, marcando reuniões para as

segundas, das 14 às 16 hora das 9 às 12 horas.

Os primeiros depoimentos o dia 6, quando compareceram a CPI o secretário da Segurança Antenor Chinato e o superintendente adjunto Federal, Roberto Seabra apresentaram um relatório das desenvolvidas em relação a drogas no Estado. Ambos a estrutura de seus órgãos di comissão durante a realização trabalhos.

No dia 10 foi a vez do ex-policial civil, Gustavo Guspi suposto narcotraficante Ismael ex-policial prestou declaração reservado, que serviu para outros traficantes. Part depoimento foi aberto ao Ismael Buono negando se garantindo fazê-lo somente e

## Resultados

Como integrante acredito que a comissão trará os resultados que a todos os narcotraficantes punidos pela Justiça.

O balanço dos trabalhos realizados até o momento aponta a existência de uma rota do narcotráfico. Na segunda-feira 17 foi convocando a depor na comissão o ex-policial civil Cláudio Ferreira da S

A CPI revelou uma triste realidade nacional, mas assinalou a para enfrentá-la. "As denúncias de corrupção que assistimos diariamente polícia com o crime organizado nos fazem crer que o país está em processo de moralização".

## Profissional

O objetivo maior da CPI é o de investigar, levantar dados, descobrir focos de tráfico e de crime organizado e oferecer à justiça e aos próprios órgãos de segurança esses subsídios para uma ação mais ampla em defesa da sociedade catarinense.

Diante da informação de que o narcotráfico é, hoje, consi-



**João Rosa**

# Contráfico

s, e quintas  
correram no  
1 perante à  
ca pública,  
iro e o  
la Polícia  
tze, que  
atividades  
tráfico de  
locaram a  
poção da  
ração dos  
im. Jo  
es e do  
l Buono. O  
s de caráter  
pção de  
de seu  
úblico. Já  
a e por,  
1 juízo.

Ainda no dia 10 integrantes da CPI ouviram em reunião reservada no norte da Ilha os depoimentos do ex-trafficante Josias Buono e seu filho, Rogério da Silva Buono, que revelaram novas informações sobre o tráfico de drogas na Grande Florianópolis.

Dia 13 o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Danilo Freitas, fez um relato dos trabalhos de sua corporação, revelando que as rodovias federais do Estado foram um corredor de tráfico de drogas e roubo de cargas, destacando os pontos em que ocorrem maior incidência destes delitos.

Dia 17, em reunião reservada, a Comissão ouviu depoimentos de um técnico em química do Alto Vale do Itajaí sobre fabricação de substâncias entorpecentes, cuja identidade está sendo mantida em sigilo para não atrapalhar as investigações, além dos traficantes Romário Krenke e Elias Buono.



Jaime Duarte

iedade espera com  
foi como foco de  
m requerimento  
va "Maguila".  
regim. democrático  
nte a conexão da  
o um profundo

gógica, e muito menos dar a impressão à sociedade e à imprensa de que foi criada para atrair holofotes.

Com certeza a nossa CPI deverá ser absolutamente profissional; política, sim, porque representamos o povo, a sociedade, mas atendendo e atentando aos princípios do profissionalismo.

a terceira economia  
al, e convênço mais  
de que a nossa CPI  
poderá ser amadora.  
de, em momento algum  
je. a; jamais poderá  
dét a ou romântica,  
estamos tratando com  
los ricos, milionários; a  
CPI não pode, em  
nto algum, ser dema-

## Força - tarefa



Adelor Vieira

Na condição de relator elaborei e a comissão aprovou o cronograma de trabalhos que já estão sendo desenvolvidos. As reuniões administrativas ou para ouvida dos depoentes poderão ser de caráter aberto ou reservadas a critério dos integrantes da CPI. Para o melhor desempenho dos trabalhos a CPI constituiu uma força-tarefa composta por várias instituições, dentre elas o Ministério Público, a OAB, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública.

De posse dos documentos, os membros da comissão e da força-tarefa passam a trabalhar as informações e, a partir de então, vão sendo tomadas as providências que cada caso requer.

## Armadilha

Esta é a Comissão Parlamentar de Inquérito mais complicada entre as instaladas na Assembléia, justamente porque vai levantar o pior lado da sociedade, que é o tráfico de drogas. Tenho convicção de que vamos fazer de tudo para que a CPI produza bons resultados, através de um trabalho responsável, que venha a orgulhar o Legislativo.

Temos que ter o devido cuidado para não cairmos na armadilha de fazer muita propaganda, mas sim realizar um trabalho bem fundamentado, que venha futuramente a ser eficaz, e que proporcione ao Ministério Público e à Justiça a condenação dos responsáveis pelos delitos como narcotráfico, lavagem de dinheiro e crime organizado, que colocam em risco a sociedade.



Jorginho Mello

## Participação

A CPI está adquirindo estatura, crescendo em duas vertentes: reunindo informações sobre o tráfico de drogas e o crime organizado, e, por outro lado, criando sua estrutura própria, como é o caso do telefone para denúncias, que permitirá o incentivo à participação da sociedade.

Formações que merecem ser investigadas e nunca se encorajou em denunciar, agora deve tomar a iniciativa, mesmo que de forma anônima.



Jaime Mantelli

Estamos montando o serviço de inteligência, cruzando dados e informações, avaliando resultados para prever estratégias e ações futuras. E, neste momento, é muito importante a participação comunitária. Quem tem in-

A CPI está exigindo muita dedicação dos parlamentares e de todos os que com ela estão envolvidos. Mas, acredito, colheremos excepcionais resultados, para traçar um verdadeiro mosaico dessas desgraças que são o narcotráfico e organizações de quadrilhas com finalidades criminosas.

## Comissão

### Agricultura familiar busca ampliação das agroindústrias

*O programa consiste na industrialização descentralizada no meio rural, onde profissionais apóiam as iniciativas de beneficiamento ou transformação de produtos da agricultura familiar em agroindústrias rurais de pequeno porte.*

Os conselheiros do Desenvolver (Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção) estiveram reunidos com a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB). Aos parlamentares apresentaram o histórico, as realizações e a situação atual deste programa, que surgiu através de um convênio de cooperação técnica entre os governos federal e estadual.

O programa consiste na industrialização descentralizada no meio rural, onde profissionais disponibilizados pela União apóiam as iniciativas de beneficiamento ou transformação de produtos da agricultura familiar catarinense em agroindústrias rurais de pequeno porte. Os profissionais, contratados através de bolsas,

desempenham ações complementares às ações do Estado. São 60 bolsas de fomento, 33 para contratação de profissionais especializados por um período de dois anos e nove para especialistas visitantes. A contrapartida do governo do Estado e dos municípios que desenvolvem a parceria é o compromisso de garantir as condições de trabalho desses profissionais e o empenho na busca de soluções para os problemas dos agricultores interessados em implantar agroindústrias de pequeno porte.

Atualmente o Desenvolver acompanha 232 agroindústrias instaladas em Santa Catarina, com 940 famílias atendidas. O objetivo é colocar no mercado formal, até junho de 2001, um total de 353 pequenas agroindústrias rurais.

Os conselheiros solicitaram o apoio para reforçar o vínculo institucional do

programa, buscando apoio aos convênios e o cumprimento das contrapartidas assumidas pelo governo e outros parceiros. Segundo o professor Wilson Schmidt, um dos coordenadores do programa, não adianta o país desenvolver pesquisas científicas se o agricultor não tem como aplicá-las. "Tecnicamente o programa vai bem, mas vai mal politicamente", salientou.

Sopelsa garantiu aos conselheiros empenho total para a manutenção das atividades. Após análise do relatório das atividades do programa em 98 e 99 entregue aos parlamentares, disse que possivelmente a Comissão de Agricultura vai convocar uma audiência pública com a participação dos integrantes do programa, objetivando o seu crescimento. "A saída para a pequena propriedade rural é a agregação de valores através da agroindústria", afirmou Sopelsa.

### Comin trata da Região Metropolitana de Criciúma

O gestor da criação e implantação da Região Metropolitana de Criciúma, deputado Valmir Comin (PPB) reuniu-se com dirigentes da Codesc para tratar das etapas da concretização desse projeto. Durante o encontro Comin reafirmou seu propósito de realização de uma audiência pública em Criciúma para tratar da Região Metropolitana, quando a direção da Codesc prestaria todos os esclarecimentos necessários, tais como os reflexos da implantação da região para os nove municípios da área carbonífera, benefícios e os problemas a resolver.

Ele recorda que a primeira etapa para a criação e implantação da região metropolitana foi vencida, que era a de alterar artigo da Lei Complementar nº104 que fixava o índice populacional para que o município e área vizinha pudessem se beneficiar da iniciativa. Isso foi feito:



Valmir Comin

o percentual baixou de 10% em relação à população total de Santa Catarina, hoje em torno de 5 milhões de habitantes para 6%. Com essa

medida Criciúma foi inserida no contexto da lei, com uma população (regional) a ser envolvida, em torno de 300 mil habitantes.

Durante o encontro com os dirigentes da Codesc, Comin destacou que, com a Região Metropolitana ele deseja uma perfeita integração entre os municípios da Amrec, tendo à frente Criciúma. Mas que essa integração se traduziu pelo maior acesso dos municípios à sede da região Metropolitana, beneficiando-se no equacionamento de questões tais como o problema do lixo urbano, transportes e saneamento. Mas que, em hipótese alguma, os "vícios" endêmicos das cidades-pólo devem fluir para os centros conurbados, a exemplo da violência urbana. "Queremos integração, mas que isso traga só benefícios, melhorias. As coisas ruins devem ser atacadas na sua base, resolvidas na sede. A qualidade de vida de nossas cidades sulinas tem de ser preservada a todo custo", concluiu.

## Sinaleiro multi-frequencial

Com a intenção de evitar infrações no trânsito, o deputado Nilson Gonçalves (PFL) encaminhou projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da instalação prévia de sinaleiro multi-frequencial ou ciclo-visual aos fotossensores em todas as rodovias e vias urbanas do Estado.

“Não sou contra a utilização dos fotossensores, mas entendo que a violência do equipamento não combina com a simplicidade dos atuais sinaleiros, que não facilitam a parada do veículo com a devida antecedência”.

O projeto determina para tais fins a utilização dos sina-

leiros multi-frequenciais ou ciclo-visuais modernos, de fácil visualização e que permite ao condutor do veículo calcular o tempo disponível para passagem sem cometer infração, pois a série de luzes verdes se apagam em sequência.

A proposta estabelece também que os registros das infrações cometidas pelos motoristas no período de adequação de 180 dias sejam remetidos aos proprietários dos veículos flagrados pelos fotossensores, apenas a título educativo, sem que sejam emitidas as multas e perda de pontos.

## Deputados continuam apreciação de vetos

Dando continuidade à apreciação dos vetos governamentais aos projetos de origem parlamentar e do Executivo, aprovados no final do ano passado, os deputados apreciaram mais 39 vetos.

Das mensagens constantes da pauta desta semana, 31 foram mantidas pelos parlamentares e oito outras rejeitadas. A votação do total de 87 vetos termina na próxima terça-feira com a análise dos 11 vetos restantes.

Dos principais vetos mantidos pelos deputados destacam-se os apostos aos projetos que, dispõe sobre a autorização governamental ao estímulo ao primeiro emprego e emprego após os 40 anos; o que dispõe sobre o seguro de vida a todos os policiais civis e militares do Estado; o que obriga o Governo a divulgar nos órgãos de comunicação a situação financeira do Estado; que cria o Conselho Estadual dos Direitos das pessoas portadoras de deficiência e o que extingue e cria cargos no quadro da administração direta.

Entre os mantidos ainda o projeto que concede isenção

de ICMS para operações e prestações internas com o leite longa vida; que esta-belece reserva de vagas nas universidades do Estado para alunos egressos da rede pública de ensino, e o que dispõe sobre o Programa de Apoio às pessoas portadoras de deficiência física.

**Rejeitados** - Foram rejeitados por maioria dos votos, os vetos aos projetos que institui política estadual de prevenção e controle de DST e AIDS, e dispõe sobre a discriminação aos portadores de AIDS; o que altera o Plano de Assistência à Saúde do IPESC, e o que dispõe sobre o cancelamento de notificações fiscais emitidas com base na Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF.

Rejeitados também os vetos as novas leis que obrigam os hospitais da rede pública e privada do Estado, a manterem número de médicos proporcional a quantidade de atendimentos realizados nas emergências, e o que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS produtos artesanais produzidos por artesão autônomo de Santa Catarina.

## Proposições

**Deputado Onofre Agostini (PFL)** ao Governador, solicitando medidas para compra de maçãs dos produtores catarinenses, incluindo o produto na merenda escolar.

**Deputados Nilson Gonçalves (PFL) e Adelor Vieira (PFL)** cumprimentando autoridades de São Francisco do Sul pela passagem dos 496 anos do descobrimento da Ilha no dia 15 de abril.

**Deputado Herneus de Nadal (PMDB)** à Secretária da Educação, solicitando providências para a regularização do transporte escolar dos alunos de segundo grau, matriculados na rede estadual de ensino.

**Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)** ao Ministro da Justiça, para a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal no Sul de Santa Catarina. Diz que o procedimento é necessário para dar segurança à população e para a repressão ao narcotráfico.

**Deputados Adelor Vieira (PFL) e Joares Ponticelli (PPB)** solicitando ao Chefe do 16º DNER/SC que viabilize a pavimentação do pátio do posto de fiscalização de Dionísio Cerqueira.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao Governador, solicitando medidas para auxiliar a recompor a biblioteca da Escola Básica Pomerode Fundos, que foi completamente destruída pelas últimas enchurradas.

**Deputado Neodi Saretta (PT)** ao Governador para a implantação de dois laboratórios de informática para o curso de Administração da Universidade do Contestado de Concórdia, que possui 1.850 alunos matriculados.

**Deputado Nilson Gonçalves (PFL)** ao Secretário dos Transportes e Obras, para a implantação de ilha de proteção no Km 4 da rodovia SC-301, no bairro Itinga, em frente ao Colégio Higino Aguiar, em Araquari.

**Deputado Milton Sander (PPB)** ao Governador solicitando a realização de estudos por parte do DETER, visando possibilitar solução para a questão dos serviços alternativos de transporte intermunicipal urbano de passageiros pelo sistema de lotação.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao Governador, para que intervenha junto ao órgão responsável pela telefonia celular em Santa Catarina, para que o serviço de telefonia móvel seja instalado em Nova Trento.

**Deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Altair Guidi (PPB)** fizeram indicações ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a construção de trevos na SC-444, no acesso ao Loteamento Jussara e ao Fórum de Içara.

**Deputado Neodi Saretta (PT)** ao Governador para que tome as providências para viabilizar a implantação de uma estrada de ferro ligando Herval d'Oeste a São Miguel do Oeste, a chamada "Ferrovia do Frango".

**Deputado Onofre Agostini (PFL)** ao Governador, pedindo a edição de projeto de lei como forma de reconhecer, através de um diferencial nos requisitos da aposentadoria, a singularidade das atividades penosas, insalubres ou perigosas, desempenhadas por servidores públicos estaduais.

**Deputado Gelson Sorgato (PMDB)** à Secretária da Educação, para a nomeação imediata dos Especialistas em Assuntos Educacionais aprovados no concurso realizado em 1998.

**Deputado Herneus de Nadal (PMDB)** ao Superintendente Regional do INSS em Santa Catarina e à Coordenadora Geral de Benefícios do INSS, solicitando a adoção de medidas para agilização dos processamentos internos para o deferimento de aposentadorias, inclusive as especiais.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao Diretor Regional dos Correios em SC, solicitando a ampliação do espaço físico e o aumento do número de funcionários da agência da ECT em Indaial.

## GERAL

## Sessão especial lembra resistência nos 500 anos do Brasil

Convocada através de requerimento do deputado Pedro Uczai (PT), a Sessão Especial desta segunda-feira (17) reuniu lideranças indígenas, negras, populares e sindicais. O objetivo da sessão, de acordo com Uczai, foi lembrar a necessidade de reconstrução da memória oficial do Brasil, não lembrando os 500 anos de história, mas os últimos 500 anos de dominação e resistência. O parlamentar lembra que a passagem do quinto centenário da colonização portuguesa do Brasil, à parte as festividades e celebrações oficiais, tem provocado reflexões. “De um lado a crítica aos cinco séculos de dominação social e de outro a celebração das lutas e conquistas, onde os excluídos se mostram sujeitos dessa história, construindo a vida, não fechando os olhos à resistência”.

Manoel Werá, da Liderança Guarani, disse emocionado que a luta dos índios pela manutenção das suas terras é



Indígenas participam da sessão especial

permanente e que continuam resistindo às injustiças sociais. Representando o Núcleo de Estudos Negros, Marcos Rodrigues criticou a ausência da verdade da história dos negros nos livros didáticos. “Ainda existe muito racismo, apesar de representarmos, somente em Santa Catarina, 12% da população”. Do Movimento Sem Terra, Vilson Santin afirmou que sem re-

forma agrária não é possível falar em justiça, cidadania e igualdade de direitos. “Dizer que são 500 anos de harmonia é uma grande farsa. Temos sim 500 anos de luta dos excluídos”, declarou num efusivo pronunciamento.

A sessão especial contou ainda com a apresentação do coral dos índios Guarani, da comunidade do Morro dos Cavalos, em Palhoça, encan-

tando parlamentares, demais autoridades e também o público que lotou o Plenário. Ao final da solenidade, Pedro Uczai e os manifestantes seguiram até o Tribunal de Justiça, onde em frente ao prédio acenderam 19 velas lembrando os mortos do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido há quatro anos e que vitimou integrantes do Movimento Sem Terra.

### Agenda

**Dia 24**, às 15 horas, Sessão Solene em homenagem ao centenário do lançamento da pedra fundamental do prédio do Lar São Vicente de Paulo, por requerimento do deputado Gilmar Knaesel (PPB).

Local: Plenário

**Dia 26**, às 10 horas, Reunião do Conselho do Orçamento Regionalizado com os delegados eleitos em 99.

Local: Sala das Comissões

**Dia 27**, às 16 horas, Sessão Solene de abertura da programação “Brasil 500 Anos”.

Local: Plenário

**Dia 27**, às 20 horas, abertura da exposição “500 Anos do Brasil”

Local: Galeria Barriga Verde (Hall da Assembléia).

### Lançamento

Logo após a sessão solene sobre os 500 anos do Brasil, no dia 27 de abril, haverá o lançamento do Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos, referente à Capitania de Santa Catarina, além de CD ROM composto pela íntegra dos documentos.

O catálogo, que obteve apoio financeiro da Assembléia, está sendo publicado pela Editora da UFSC e se compõe de estudo realizado sobre 13 caixas de documentos ordenados e classificados de acordo com as normas internacionais de catalogação de documentos.